

# COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO nº                   , de    abril de 2015

(Do Sr. WILLIAM WOO)

*Requer nos termos regimentais, autorização para que representantes desta Comissão participem, em caráter de missão oficial, de visita ao Centro de Lançamento de Alcântara, situada no Estado do Maranhão.*

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos regimentais, ouvido o nosso Plenário, autorização para que representantes desta Comissão participem, em caráter de missão oficial, de visita ao Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), situado no Estado do Maranhão. Igualmente, requer-se a designação da constituição de grupo de parlamentares interessados nesta visita.

## JUSTIFICAÇÃO

O Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (Sindae), instituído pelo Decreto nº 1953/1996, é coordenado pela Agência Espacial Brasileira (AEB). O SINDAE é constituído pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Comando da Aeronáutica (COMAER) e Ministério da Defesa (MD). Incorporado a esse sistema está o programa espacial brasileiro.

O programa espacial brasileiro, desde o seu nascedouro, está associado a problemas. Seu objetivo seria dar competência ao Brasil de projetar, construir e operar um programa espacial completo na área de satélites e de veículos lançadores, incluindo

centros de lançamentos.

O Veículo Lançador de Satélite (VLS) nunca lançou um satélite. Em 1997 foi testado pela primeira vez: explodiu poucos segundos depois da decolagem. Dois anos depois foi feito novo teste e mais uma vez ele explodiu. Na madrugada do dia 22 de agosto de 2003, três dias antes de uma terceira decolagem, na base de Alcântara, o foguete explode levando junto a torre de lançamentos e matando 21 técnicos.

O acidente que vitimou as grandes inteligências brasileiras na área, causou um prejuízo de R\$ 36 milhões. Somente o foguete custou aproximadamente R\$ 14 milhões. Perdeu-se ainda o microsatélite meteorológico SATEC, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o nanosatélite UNOSAT, da Universidade Federal do Norte do Paraná, que deveriam ficar em órbita.

Se o lançamento desse certo, o Brasil faria parte do seleto grupo de países com capacidade de colocar satélites em órbita. Um grande mercado seria aberto. Infelizmente isso não ocorreu.

Em 2003, o Brasil firmou acordo com a Ucrânia criando a binacional *Alcantara Cyclone Space (ACS)*. Ao Brasil caberia ceder o local e a infraestrutura do CLA. Aos ucranianos caberia desenvolver o veículo Cyclone-4. Consta, porém, que passados 12 anos, que esta parceria não estaria dando resultados positivos para o país. Matéria publicada no jornal *O Globo* de 15/02/2015, faz severas críticas ao programa. Diz o texto, por exemplo, que entre 2007 e 2014, a ACS consumiu “R\$ 477 milhões do contribuinte brasileiro e atingiu um impasse crítico, que reúne todos os elementos para transformá-la no maior esqueleto da história do Programa Espacial Brasileiro”.

Também diz o texto que embora o desenvolvimento do foguete tenha chegado a 87% do projeto, sua conclusão dependeria da contraparte brasileira e ajustes para disputar fatia do mercado. Ocorre que, diz o jornal, “hoje, não há mercado para o Cyclone-4. A comunidade espacial da Ucrânia, que já apostou alto no projeto, agora desdenha da parceria com o Brasil”. A viabilidade comercial do projeto está atrasada. Ele “deveria ser lucrativo desde 2010, com o lançamento de satélites produzidos nos cinco continentes, ao preço unitário de US\$ 50 milhões. Porém, passados cinco anos, o foguete nunca saiu da fábrica. Ainda não rendeu um tostão”.

Diante da dimensão política, econômica e tecnológica deste programa, considero de extrema importância que esta Casa e, em especial, para esta Comissão, que tenha conhecimento das atividades desenvolvidas em Alcântara. Precisamos eliminar as dúvidas existentes com relação ao programa. Para tanto propomos uma visita *in loco* à base de Alcântara quando teremos a oportunidade de conhecermos as instalações existentes e ouvirmos os responsáveis com relação as críticas feitas na imprensa. Nossa intenção é esclarecer os fatos e evitar julgamentos precipitados. A grandiosidade do programa espacial brasileiro exige de nós o conhecimento de causa e a busca da verdade e da justiça.

Com este objetivo, solicito aos nobres pares o apoio a esta iniciativa.

Sala das Sessões, em        de abril de 2015.

**Deputado WILLIAM WOO**

**PV/SP**